



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Maria Eduarda Costa Barbosa Musa

**O cenário de insegurança que permeia o jornalismo de guerra e
como podemos mudá-lo.**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Paula Drumond

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

Agradecimentos

Agradeço à professora pesquisadora Paula Drumond, minha orientadora, graças à ela minha ideia de tratar do trabalho dos jornalistas nos conflitos contemporâneos se tornou possível. Agradeço também ao professor Conor Foley, que inspirou a bibliografia utilizada no decorrer do PB. Juntamente dele, agradeço ao professor e jornalista, Alexandre dos Santos, por aceitar a segunda leitura do meu trabalho. Por fim, agradeço aos jornalistas que arriscam suas vidas em prol do compromisso com a verdade, expondo e documentando as violências sofridas por populações que tendem a ter suas dores apagadas.

Resumo

Musa, Maria Eduarda. **O cenário de insegurança que permeia o jornalismo de guerra e como podemos mudá-lo**. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente policy brief tem o objetivo de analisar o jornalismo de guerra e seu papel estratégico na documentação e comunicação dos conflitos armados contemporâneos, apresentando também os riscos e vulnerabilidades enfrentados pelos profissionais que atuam nesses contextos. Diante dessas vulnerabilidades, torna-se urgente a formulação e o fortalecimento de políticas públicas específicas de proteção a jornalistas em zonas de conflito. A partir de um mapeamento sobre as características do jornalismo de guerra, bem como dos principais mecanismos jurídicos e práticas voltados à proteção de jornalistas em contextos de conflito, o documento busca identificar suas lacunas e propor caminhos para o fortalecimento das práticas de proteção aos jornalistas de guerra, com ênfase na melhor alocação de recursos, coordenação interinstitucional e efetividade das ações preventivas.

Palavras-chave

JORNALISTAS, CONFLITOS, PROTEÇÃO, JORNALISMO.

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Jornalismo de guerra: o que é e quem são os profissionais envolvidos.	5
2.1. Quem são os jornalistas de guerra?	5
2.1.1. Os correspondentes de guerra:	6
2.1.2. Repórteres independentes ou enviados especiais:	6
2.1.3. Jornalistas embarcados:	7
3. A construção histórica do jornalismo de guerra e seus riscos.	9
3.1. Os primeiros passos do jornalismo de guerra.	9
3.2. As guerras mundiais: perseguição e censura.	10
3.3. A guerra do Afeganistão: a mídia como agente no conflito.	12
4. Aparatos internacionais para a proteção de jornalistas.	14
4.1. Normas internacionais:	14
4.1.1. As particularidades dos correspondentes de guerra.	16
4.2. Outros aparatos de proteção e a dimensão prática.	16
4.2.1. Observatory of Killed Journalists e a Assistência para Jornalistas em missões perigosas.	17
4.2.2. O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) e Repórteres sem Fronteiras (RSF)	20
5. O Jornalismo de guerra no conflito em Gaza.....	23
5.1. Panorama do conflito.	23
5.1.1. Breve contextualização histórica; pontos mais relevantes do escalonamento.	23
5.1.2. O ataque de 7 de outubro e seus desdobramentos.	25
5.2. Atuação da Mídia na Faixa de Gaza	27
5.2.1. Violência contra jornalistas na Faixa de Gaza.	29
5.3. A importância do jornalismo de guerra na ótica do conflito Israel e Hamas:.....	33
6. De que forma a comunidade internacional pode contornar esse problema?	35
7. Conclusão.	36
Referências bibliográficas	37

Figura 1 - Mortos por fogo cruzado (via: Comittee to Protect Journalists)	10
Figura 2 - Mortos por assassinato (via: Comittee to Protect Journalists)	10
Figura 3 - Status judicial (Via: Observatory of Killed Journalists)	18
Figura 4 - Mortes por ano (Via: Observatory of Killed Journalists)	18
Figura 5 - Mortos sem motivo confirmado 2025 (Via: Comittee to Protect Journalists)	20
Figura 6 – Mortos com motivo confirmado (Via: Comittee to Protect Journalists)	21
Figura 7 - Mortos com motivo confirmado: assassinato ou exercendo atividades perigosas (Via: Comittee to Protect Journalists)	21
Figura 8 - Mortos em Israel e no território Palestino Ocupado (Via: Comittee to Protect Journalists)	22
Figura 9 - Mortos em Israel e no Território Palestino ocupado entre 2023/25 (Via: Comittee to Protect Journalists)	30
Figura 10 - Jornalistas assassinados em Israel e no território Palestino ocupado entre 2023/25 (Via: Comittee to Protect Journalists)	31

*“When the world needs the truth the most, why is it that the truth-tellers are so often
the first to be silenced?”*
(KNOXLEY, 2025).

1. Introdução

Apesar de existirem leis e iniciativas internacionais destinadas à proteção de jornalistas em zonas de conflito, a realidade atual demonstra que esses profissionais continuam vulneráveis, indicando a necessidade urgente de medidas mais eficazes de proteção. O Globo já calcula que o número de jornalistas mortos no conflito em Gaza superou em três vezes os números das duas guerras mundiais¹. De acordo com o Observatory of Killed Journalists² da Unesco, de janeiro a novembro de 2025 88 jornalistas perderam a vida em zonas de guerra, evidenciando os persistentes riscos enfrentados por esse grupo.

O jornalismo de guerra começou a ganhar destaque durante as guerras mundiais, quando se tornou essencial documentar as fatalidades dos conflitos armados. Como resposta, durante o pós-guerra, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de criar normas de proteção para esses profissionais. Como resultado, criou-se uma série de normas e instrumentos legais destinados à proteção de jornalistas em zonas de conflito, que também deram origem a iniciativas adicionais voltadas à prevenção de ataques e à responsabilização por crimes contra esses profissionais. Contudo, a proteção não se mostra mais eficaz visto que, 2024 representou o ano mais mortal para jornalistas na história.³

Esse cenário evidencia a importância de analisar como a proteção de jornalistas em zonas de conflito vem sendo implementada e assim identificar estratégias para superar os problemas relacionados à sua baixa eficácia. Com isso em mente, o presente Policy Brief busca primeiramente mapear as características e dinâmicas do jornalismo de guerra, apontando como ele se tornou parte indissociável dos conflitos armados. Em seguida, serão analisados os riscos que os jornalistas de guerra enfrentam ao exercerem a sua profissão para, então, analisar quais são os instrumentos do sistema internacional que os protegem. Por fim, será feito um estudo de caso sobre o conflito de Gaza como forma de integrar a dimensão contemporânea necessária para a análise que será construída. Na conclusão, serão levantadas sugestões para contornar o problema apresentado e fortificar as estruturas de proteção pré-existentes.

¹ BARINI, Filipi. Mortes de jornalistas no conflito em Gaza são quase três vezes maiores do que nas duas Guerras Mundiais somadas. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/08/11/mortes-de-jornalistas-no-conflito-em-gaza-sao-quase-tres-vezes-maiores-do-que-nas-duas-guerras-mundiais-somadas.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2025.

² Observatory of Killed Journalists. UNESCO. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/safety-journalists/observatory?hub=72609>.

³ 2024 is deadliest year for journalists in CPJ history;: almost 70% killed by Israel. **Comitte to Protect Journalists; CPJ**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/special-reports/2024-is-deadliest-year-for-journalists-in-cpj-history-almost-70-percent-killed-by-israel/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

2. Jornalismo de guerra: o que é e quem são os profissionais envolvidos.

“The media become a battleground, and journalists are drawn into the conflict, either voluntarily or under orders, or even unawares.” (NOHRSTEDT, 2009, p.95)⁴

O *jornalismo de guerra* é um gênero jornalístico que se dedica em fazer a cobertura de conflitos armados em regiões de crise. Esse gênero jornalístico ganhou atenção principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando os avanços na tecnologia de informação como o rádio e a televisão deram espaço para um acompanhamento dos conflitos armados em tempo real. Essa prática cresceu de tal modo que, atualmente é impossível pensar em conflitos armados sem pensar no envolvimento jornalístico atrelado a ele. Afinal, todas as guerras contemporâneas podem ser ouvidas no rádio, assistidas na televisão ou lidas no jornal.

Portanto, é essencial ter em mente que, por trás dessa cobertura, estão profissionais que arriscam as suas vidas para fornecer informação às massas. Esses profissionais são os jornalistas de guerra, que serão o objeto do presente artigo. É imensamente necessário chamar atenção para quem são os jornalistas de guerra, quais riscos eles correm e quem os protege, o que será feito no decorrer do *policy paper*. Inicialmente, serão apresentados os tipos de jornalistas envolvidos nos conflitos seguidos do panorama histórico do jornalismo de guerra e da análise dos principais riscos associados a essa atividade.

2.1. Quem são os jornalistas de guerra?

Para entender o jornalismo de guerra, precisamos entender quem está por trás dele. Os jornalistas que se envolvem nos conflitos podem ser colocados em diferentes categorias; correspondentes de guerra, jornalistas independentes ou enviados especiais e os jornalistas embarcados. Cada um cumpre funções diferentes no que diz respeito à cobertura da guerra, o que faz com que eles estejam submetidos a riscos diferentes e em alguns casos, até precisem de nível maior de proteção. Para que a proteção do grupo seja discutida, é essencial delimitar o papel e os riscos que cada integrante mencionado está submetido ao exercerem sua profissão.

⁴ NOHRSTEDT, Stig A.. *New War Journalism: Trends and Challenges*. Suécia: Nordicom Review, 2009. 95-112 p.

2.1.1. Os correspondentes de guerra:

Os correspondentes de guerra são jornalistas especializados que possuem uma credencial os concedendo permissão para acompanhar uma das forças armadas em conflito. Importante acentuar que, o acompanhamento das forças armadas não os torna parte delas, desse modo eles ainda são considerados membros da sociedade civil. Conforme previsto no artigo 4.4(a) da terceira convenção de Genebra:

“as pessoas que acompanham as forças armadas, sem delas fazerem diretamente parte, tais como os membros civis das tripulações de aviões militares, os correspondentes de guerra, os fornecedores, os membros de unidades de trabalho ou de serviços encarregados do bem-estar das forças armadas, desde que devidamente autorizados pelas forças armadas que acompanham, que deverão lhes fornecer um cartão de identidade [...]” (III CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1945)⁵

Desse modo também se entende que, o cartão de identificação dos correspondentes deve ser emitido pelas próprias forças armadas que eles acompanham.

Por realizarem o acompanhamento das forças em combate, os correspondentes se colocam em um nível de risco ainda maior em troca de informação “privilegiada” nas zonas de guerra. Os correspondentes têm acesso a um nível de informação que não é comum entre os outros jornalistas, isso faz com que também seja necessário que os membros dessa tipificação possuam a responsabilidade de “filtrar” quais informações chegam até a imprensa ou devem submeter as informações à sua editora para que a própria realize esse trabalho.⁶

Além disso, correspondentes estrangeiros costumam se instalar em zonas de guerra para acompanhar os acontecimentos de forma contínua, criando bases locais que lhes permitem acessar informações em tempo real. Esses profissionais permanecem no país enquanto o conflito mantém interesse midiático, configurando uma relação direta entre sua presença e a cobertura jornalística da guerra. Fica evidente que a profissão apresentada é uma atividade de alto risco, na qual profissionais civis se expõem diretamente aos conflitos armados para garantir atualizações constantes sobre os acontecimentos.

2.1.2. Repórteres independentes ou enviados especiais:

Os enviados especiais, como o nome indica, representam jornalistas que são enviados de outro país para se atualizar em relação aos acontecimentos da guerra. No entanto, eles não

⁵ Convenções de Genebra, 1949; Convenção III. art. 4.4(a).

⁶ DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. p. 16. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

possuem o direito de acompanhar as forças armadas como os correspondentes, o que fornece a eles um tipo diferente de informação. Além disso, os repórteres enviados não possuem o compromisso de realizar um envio regular nem um acompanhamento constante da guerra, eles tendem a realizar apenas uma matéria relacionada ao conflito ou uma série delas. Legislativamente, eles não possuem a credencial especial que é fornecida aos correspondentes de guerra nem as proteções adicionais. São entendidos então, apenas como jornalistas civis comuns.

2.1.3. Jornalistas embarcados:

Os jornalistas embarcados também podem ser chamados de jornalistas infiltrados. Registros feitos pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha afirmam que o grupo ganhou destaque durante a invasão ao Iraque em 2003⁷, apesar de já existirem antes. Esses jornalistas se infiltram em uma das forças armadas envolvidas no combate e geralmente são enviados por seu país de origem para realizar a cobertura de perto do conflito. Eles evidentemente ainda possuem direito à proteção, que nesse caso é fornecida por seu país de origem. A prática foi muito realizada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, portanto ela representa problemáticas latentes nos olhos do Direito Internacional.

Um dos principais desafios dessa tipificação está na ausência de sua definição clara. Do ponto de vista legislativo, esses profissionais não são formalmente reconhecidos nem como correspondentes de guerra nem como repórteres independentes. Eles também não possuem uma classificação própria. Isso torna a legislação relacionada a eles um pouco turva. A França os chama de “*jornalistas unilaterais*” e afirma que, mesmo acompanhando as forças armadas eles só possuem o direito da proteção comum, como agentes civis. Enquanto isso, a Inglaterra os entende como correspondentes de guerra mesmo sem a credencial, possuindo o direito de usufruir da legislação de proteção dos correspondentes de guerra.

Uma outra questão, refere-se ao direito concedido aos jornalistas “infiltrados” de receberem o acompanhamento de “guarda-costas” de seu país de origem. A escolta, que geralmente é feita de maneira privada e dentro de carros da imprensa, pode aumentar as tensões entre jornalistas e combatentes além de provocar a perda do status de civil do jornalista. Isso porque as empresas privadas de segurança podem utilizar da força e outros métodos coercitivos

⁷ Protection of Journalists and Media Professionals in Time of Armed Conflict. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV**. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/protection-journalists> . Acesso em: 01 nov. 2025.

para realizar a proteção. O secretário geral da *Repórteres Sem Fronteiras*⁸, Robert Ménard, afirma:

“Há um risco real de que os combatentes passem a presumir que todos os veículos da imprensa estão armados. Os jornalistas podem e devem tentar se proteger por meio de métodos como viajar em veículos blindados e usar coletes à prova de balas, mas contratar empresas de segurança privada que não hesitam em usar suas armas de fogo apenas aumenta a confusão entre repórteres e combatentes.” (CICV)⁹

Feita a distinção entre os principais tipos de jornalistas que trabalham em zonas de conflito, torna-se mais simples a compreensão dos cenários que os envolvem nos conflitos armados e os problemas que eles enfrentam. Desse modo, podemos prosseguir para uma análise da construção histórica do jornalismo de guerra e como os profissionais que foram citados tiveram um papel na construção desse gênero. Juntamente disso entenderemos mais a fundo os riscos e problemas que eles enfrentaram e ainda enfrentam em sua trajetória profissional.

⁸ Repórteres Sem Fronteiras: **RSF**. 1985. Disponível em: <https://rsf.org/en>

⁹ Protection of Journalists and Media Professionals in Time of Armed Conflict. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV**. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/protection-journalists> . Acesso em: 01 nov. 2025.

3. A construção histórica do jornalismo de guerra e seus riscos.

3.1. Os primeiros passos do jornalismo de guerra.

Por mais que durante as guerras mundiais o jornalismo de guerra tenha ganhado um impulso maior, é importante levar em consideração que o gênero já existia antes delas. Registra-se que a primeira guerra que contou com uma relevante cobertura jornalística foi a guerra da Criméia (1853 – 1856). Inclusive um dos primeiros correspondentes de guerra, o irlandês que fora enviado pelo *The Times*, *William Howard Russel*,¹⁰ foi responsável por documentar o conflito. Foi na Criméia - e a partir de Russel - que começou a ser definido como seria feita a cobertura da guerra e quais seriam os envolvidos no processo de publicação das informações coletadas. Nesse primeiro momento, a guerra era construída a partir dos relatos dos combatentes.

Russel mantinha a prática de coleta dos relatos das forças armadas os enviando por carta para serem publicados pelos editores do jornal. Contudo, a imprensa começou a filtrar mais a fundo os relatos, já que nem sempre eles se mostravam “adequados” para publicação em grandes veículos midiáticos. Ademais, na guerra da Criméia também nasceu a preocupação de que as informações publicadas nos jornais poderiam ser usadas por um dos grupos envolvidos no conflito para obterem vantagem em batalha. Graças à preocupação, o jornal *The Times* começou a controlar Russell.

[...] os editores do repórter concordaram então que Russell deveria ser contido e garantiram também ao governo que todos os relatos de seus correspondentes se restringiriam a acontecimentos passados [...]” (PEIXOTO, 2020)¹¹

Desse modo, a comunicação na guerra começou a apresentar os primeiros sinais de regulamentação. É importante ter em mente que, os jornalistas envolvidos na guerra também estão consequentemente dentro dos jogos políticos que acompanham a guerra. O teor da informação que será repassado e publicado demonstra enorme relevância para os Estados que estão no cenário conflituoso, esse jogo de interesses passou a atravessar o jornalismo de guerra

¹⁰ DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. p. 16. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

¹¹ Ibid., p. 18.

também. Na própria guerra da Criméia, no final dela, a Inglaterra emitiu uma ordem que proibia qualquer publicação que pudesse fornecer “informações valiosas” ao inimigo.¹²

Com a disputa de interesse dos Estados começando a atravessar o jornalismo de guerra, os profissionais ficaram expostos a ainda mais riscos. Além de estarem em zonas de risco, os jornalistas possuem acesso à informação e à capacidade de divulgação delas, colocando-os como alvos em frente aos agentes autointeressados da guerra. Isso também é ilustrado quando analisamos os dados fornecidos pelo *Comitte to Protect Journalists* (CPJ)¹³ e observa-se que enquanto o número de jornalistas que foram mortos por fogo cruzado é de 325, as mortes por assassinato chegam a 1025 desde 1992 (figuras 1 e 2).

325 Journalists Killed

between 1992 and 2025 / Motive Confirmed / Killed in crossfire

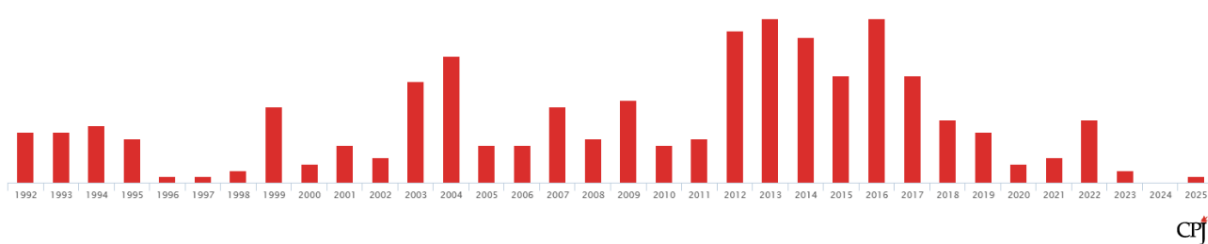


Figura 1 - Mortos por fogo cruzado (via: Comitte to Protect Journalists)

1025 Journalists Killed

between 1992 and 2025 / Motive Confirmed / Murdered

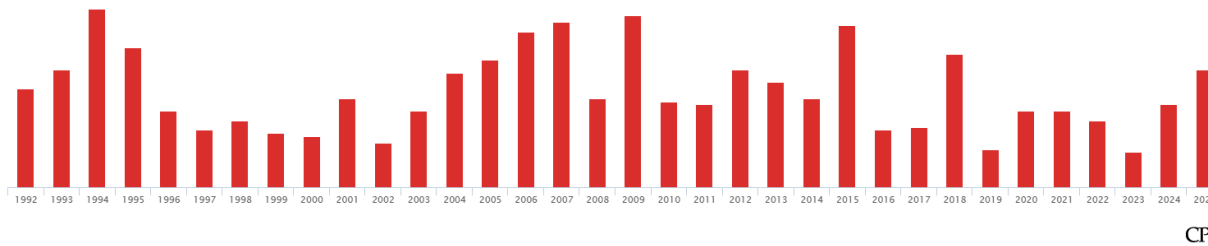


Figura 2 - Mortos por assassinato (via: Comitte to Protect Journalists)

3.2. As guerras mundiais: perseguição e censura.

Os empecilhos políticos que começaram a aparecer na guerra da Criméia se mostram muito mais intensos na primeira guerra, que foi marcada pela censura e pela violência contra os jornalistas.¹⁴ A mídia começou a se transformar em um novo cenário de disputa, disputa de narrativas, de estratégia e uma constante luta por apoio da opinião pública. Os Estados

¹² DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. p. 18. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

¹³ Comitte to Protect Journalists: CPJ. 1981. Disponível em: <https://rsf.org/en>

¹⁴ DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. p. 20. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

adotaram uma postura cautelosa em relação as informações que seriam publicadas, considerando a forma que o público geral reagiria a elas. Quando a guerra começa a chegar nas massas da população, a opinião pública se transforma em uma força política que não pode mais ser ignorada.

A partir da Primeira Guerra grandes jornais já passam a fazer parte das coberturas do conflito, é o caso do *Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien* e *Le Figaro* da França¹⁵. Portanto isso não significa que eles eram bem-vindos. Os Estados e as forças militares exerciam um forte controle do que era publicado. A tentativa de censura era feita através de ameaças, violências e no pior dos casos assassinato dos jornalistas que tentassem falar da guerra de forma “imparcial”. O resultado disso foi um período marcado como uma “falha” jornalística com notícias extremamente enviesadas que favoreciam ideologias políticas específicas.

“A vida dos jornalistas independentes era ainda pior naquela época. Alguns países puniam com a morte, aqueles que iam para frentes de combate. Portanto, os jornalistas eram forçados a se tornarem aliados das tropas, com o objetivo de que ninguém soubesse, de fato, o que estava se passando na guerra.” (PEIXOTO, 2020)¹⁶

Logo além da censura por meio da violência, também haviam casos em que o Estado ou empresas privadas financiavam os jornalistas enviados para que as notícias e relatos publicados servissem a agendas específicas.

“A intenção dos jornalistas era cobrir o conflito em tempo real, de acordo com as tecnologias existentes na época, e publicarem notícias imparciais, mas o que aconteceu foi exatamente o oposto. O final do século XIX e o início do século XX era visto como um período de “jornalismo literário e militante”, logo, percebe-se a parcialidade embutida nas matérias. Os jornais da época eram financiados por grupos políticos ou, até mesmo, pelo Estado, servindo, por vezes, como porta vozes para esses grupos.” (PEIXOTO, 2020)¹⁷

Desse modo, o gênero textual em questão acabou tornando-se um refém das disputas por poder. É impossível discutir o jornalismo de guerra sem levar essa dinâmica em consideração. Com o decorrer dos conflitos contemporâneos, o acesso a informação e documentação da verdade se consolidaram como um dos fatores a ser disputado.

¹⁵DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. p. 19. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

¹⁶ Ibid., p. 20.

¹⁷ Ibid., p. 19.

Na segunda guerra esse cenário se manteve, porém com um novo rosto. O século XX contou com inovações nas tecnologias de comunicação que tornaram essa arena ainda mais fértil para a propagação de ideologias e mensagens políticas. O rádio, a televisão e os jornais se consolidaram como instrumentos utilizados por líderes e partidos políticos para fins ideológicos, o que irá se estender para cenários de conflito também. Além disso as informações passaram a chegar até a população com muito mais rapidez. Com o rádio, os relatos da guerra podem chegar até as pessoas instantaneamente, o que não acontecia com os jornais de antes.

3.3. A guerra do Afeganistão: a mídia como agente no conflito.

“quando se está em guerra, a reportagem torna-se, na verdade, uma extensão do esforço militar de abater o inimigo.” (WAINBERG, 1996)¹⁸

A guerra do Afeganistão de 2001 evidenciou de forma clara a participação ativa da mídia, mostrando como a cobertura jornalística passou a influenciar a percepção pública e internacional do conflito. Quando os Estados Unidos declararam a chamada “guerra ao terror” foi necessário que houvesse um apoio forte da opinião pública globalmente. A participação da mídia foi central para garantir esse apoio. Grande parte da cobertura do conflito tentava se mostrar favorável à potência norte-americana. O conflito também foi marcado por um discurso polarizador de “nós e o outro”, com os Estados Unidos e aliados representando o “nós”, enquanto qualquer oposição era categorizada como “o outro”. Jornais que não se alinhavam a essa narrativa eram frequentemente acusados de apoiar os adversários.

Assim, a guerra ideológica se estendeu por meio da cobertura jornalística, influenciando a percepção pública e internacional do conflito.¹⁹ Nota-se a crescente relevância e protagonismo das atividades jornalísticas não apenas para a difusão de informação, mas também para a construção de narrativas que influenciam e mobilizam a opinião pública em torno de determinados conflitos.²⁰ Nesse sentido, os jornalistas passam a se envolver diretamente nas disputas políticas que acompanham os conflitos armados. Isso faz com que eles reforcem a sua posição como um grupo exposto às violações e inseguranças, portanto, não podem ser ignorados pelos mecanismos de proteção internacional.

Com isso, conclui-se que o jornalismo de guerra não representa apenas um gênero jornalístico comum. Ele é um braço dos conflitos armados e os jornalistas presentes no campo

¹⁸ WAINBERG, Jacques A.. **Nação em guerra**,: repórteres em luta. P. 57. São Paulo: USP, 1996.

¹⁹ NOHRSTEDT, Stig A.. **New War Journalism**: Trends and Challenges. p. 100 Suécia: Nordicom Review, 2009.

²⁰ Ibid., p. 101.

de guerra são atores e alvos envolvidos nesses cenários. Sua vulnerabilidade pode ocorrer por reportarem visões e opiniões dissonantes ou pela exposição direta da sua presença no campo de batalha, tornando-os potenciais prisioneiros de guerra, feridos ou até mortos nos confrontos. A perspectiva histórica recém apresentada serve para evidenciar que muitas vezes os ataques feitos contra jornalistas são direcionados, decorrentes de disputas políticas e censuras. Conforme avançamos neste *paper* isso se torna mais evidente. Sobretudo no auge do conflito em Gaza em 2025, as forças israelenses foram acusadas, por veículos de comunicação internacionais, de cometer esses atos de violência continuamente.²¹

²¹ A RSF conseguiu que o procurador do Tribunal Penal Internacional incluísse crimes contra jornalistas em sua investigação sobre a Palestina.. **Repórteres em Fronteiras (RSF)**, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/node/94077> . Acesso em: 20 nov. 2025.

4. Aparatos internacionais para a proteção de jornalistas.

Essa seção busca identificar os principais mecanismos jurídicos internacionais de proteção aos jornalistas de guerra. Para isso, será apresentada inicialmente a legislação internacional relevante e suas implicações para esse grupo, seguida de uma análise dos mecanismos práticos de proteção. Compreender a base legal existente permite avaliar com mais clareza se essas medidas têm sido efetivas na prática.

4.1. Normas internacionais:

As convenções de Genebra (1949) já cumprem o papel de abordar o tema de jornalistas no campo de batalha, no protocolo adicional I; art. 79 (1977), os jornalistas são classificados como civis aos olhos da legislação internacional:

Os jornalistas que cumprem missões profissionais perigosas em zonas de conflito armado são considerados civis nos termos do artigo 50, parágrafo 1. (Protocolo adicional I; art. 79.1.)²²

Desse modo, fica formalizado pela lei que os jornalistas recebem o título de civil. O que garante ao grupo que vem sendo objeto de análise um arcabouço legislativo muito robusto. Toda lei internacional referente à proteção de civis também passa a englobá-los.

Diante da forte relação entre jornalistas e civis, é válido também ser abordada a forma como a jurisdição internacional identifica o “civil”. Essa definição pode ser encontrada também no primeiro protocolo adicional das convenções de Genebra. Desse modo, de acordo com o artigo 50.1 do protocolo²³, os civis se classificam como todos aqueles que não fazem parte das forças armadas envolvidas no conflito. Por essa razão também, ajudar ou favorecer um dos lados combatentes pode gerar a perda do status de civil.

Os artigos subsequentes ao 50 versam sobre as garantias fundamentais da proteção da sociedade civil. O art. 51 inteiro do protocolo demonstra preocupação em tratar da questão, abordando os direitos a proteção pertencentes à população civil:

Nem a população civil em conjunto, nem as pessoas civis, devem ser objeto de ataques. São proibidos atos ou ameaças de violência com o objetivo principal de espalhar o terror no meio da população civil. (Protocolo adicional I; art. 51.2)

²² Convenções de Genebra, 1949; Protocolo adicional I: art. 79.1. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/os-protocolos-adicionais-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>

²³ Convenções de Genebra, 1949; Protocolo adicional I: art. 50.1. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/os-protocolos-adicionais-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>

Além da proibição dos ataques diretos, a população civil também tem o direito de receber proteção geral contra quaisquer perigos que podem resultar de operações militares:

Os civis e a população civil gozam de proteção geral contra os perigos resultantes de operações militares. Com o objetivo de tomar essa proteção efetiva, as seguintes regras, que se somam às outras regras de direito internacional aplicáveis, devem ser observadas em todas as circunstâncias. (Protocolo adicional I; art. 51.1)

Logo os jornalistas, por serem entendidos como civis, também possuem o direito de gozar dessas proteções.

Voltando para a análise do artigo 79 do protocolo I, que trata especificamente dos jornalistas como civis. Observa-se que ele contém outros dois itens que devem ser levados em consideração:

2. [Os jornalistas] [s]erão protegidos nessa qualidade em conformidade com as Convenções e o presente Protocolo, sob a condição de não empreenderem qualquer ação que infrinja seu estatuto de civis e sem prejuízo do direito dos correspondentes de guerra autorizados junto às forças armadas de se beneficiarem do estatuto previsto pelo artigo 4A (4), da III Convenção. (Protocolo adicional I; art. 79.3. CICV)

3. Poderão obter um cartão de identidade de acordo com o modelo incluso no Anexo II do presente Protocolo. Esse cartão, que será emitido pelo governo do Estado de que são nacionais, pelo território em que residem ou no qual se encontra a agência ou órgão de imprensa que os emprega, comprovará a qualidade de jornalista do seu detentor. (Protocolo adicional I; art. 79.2. CICV)

Estes servem apenas para consolidar as condições necessárias para que o status de civil seja adquirido e mantido. Caso os jornalistas participem das hostilidades ou favoreçam os grupos armados envolvidos seu status, e conseqüentemente, a proteção serão revogados. Também é levantada a possibilidade de eles expedirem documentos de identificação que garantam ao grupo a segurança de que ganharão tal proteção.

Logo, não restam dúvidas que os jornalistas são bem acolhidos pelas leis internacionais. Portanto em alguns casos, como o dos correspondentes de guerra, a proteção deve abarcar outros direitos. O art. 4 da terceira convenção de Genebra tem o papel de tratar sobre as proteções dos prisioneiros de guerra. Nele fica definido que os correspondentes, que

acompanham forças armadas sem delas fazerem parte, também são agregados nessa proteção. Por essa razão, esse grupo tem o direito exclusivo de receber o título de prisioneiro de guerra.

4.1.1. As particularidades dos correspondentes de guerra.

Como foi apresentado, os correspondentes de guerra, apesar de acompanharem as forças armadas não estão associados a elas diretamente. Essa característica ainda os garante o status de civil, porém, por estarem em contato direto com os combatentes e as hostilidades, eles se mostram mais vulneráveis a violências. Como por exemplo, sequestros por parte de um dos lados do conflito. Por essa razão, esse grupo também tem o direito de ser classificado como “*prisioneiros de guerra*” e com isso podem gozar da proteção oferecida a esse grupo em caso de captura (III Convenção de Genebra; art. 4.A.4).²⁴

A legislação estabelece que os prisioneiros de guerra devem ser tratados com humanidade e igualdade, sendo proibidas quaisquer práticas que constituam violações dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário. Além disso, caso os prisioneiros necessitem de atenção médica ou cuidados especiais, eles devem receber ambos conforme previsto nos artigos 12 a 14 da III Convenção de Genebra. Da mesma forma que as leis em relação aos civis são aplicáveis aos jornalistas, as leis referentes aos prisioneiros de guerra são aplicáveis aos correspondentes de guerra caso eles sejam apreendidos por uma das forças em conflito.²⁵

Com isso, compreende-se de que forma a legislação internacional protege os profissionais de mídia que atuam em zonas de guerra. A presença de leis que tratam da questão também coloca em evidência a necessidade de proteção. Afinal, se esses profissionais não estivessem expostos a riscos concretos, a comunidade internacional não teria sentido a urgência de estabelecer mecanismos jurídicos específicos para resguardá-los. Contudo, a legislação constitui apenas o fundamento jurídico da proteção, cuja efetividade depende da aplicação prática e do cumprimento das normas estabelecidas. Por essa razão, é necessário analisar como a comunidade se mobiliza para de fato proteger esses jornalistas.

4.2. Outros aparatos de proteção e a dimensão prática.

Com a proibição de atos de violência contra jornalistas, repórteres e correspondentes de guerra, surge a necessidade de a comunidade internacional criar mecanismos concretos e

²⁴ Convenções de Genebra, 1949; Convenções I, II, III, IV. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>

²⁵ Convenções de Genebra, 1949; Convenção III. **art. 12 A 14**.

eficazes de investigação e denúncia dessas violências. Organizações humanitárias independentes, tais como a *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF)²⁶ e o *Comitê to Protect Journalists* (CPJ),²⁷ dedicam-se exclusivamente ao tratamento desses casos. Além disso, é essencial levar em consideração as subdivisões ou órgãos especializados dentro de organizações internacionais que tratam de agendas mais amplas. Como o *Observatory of Killed Journalists*, órgão da *Unesco*, ou a divisão de “assistência para jornalistas em missões perigosas”²⁸ do *Comitê Internacional da Cruz Vermelha* (CICV).

As iniciativas recém apresentadas são responsáveis por investigar e denunciar as violências cometidas contra jornalistas, a partir disso oferecem bancos de dados robustos que documentam esses crimes. Além disso, elas geralmente podem prestar amparo tanto para os profissionais que arriscam suas vidas quanto para as famílias desse grupo. Dessa forma será feita a análise das divisões criadas pela Unesco e pela Cruz Vermelha e em seguida, serão estudadas as organizações criadas com o propósito específico de proteção internacional dos jornalistas.

4.2.1. Observatory of Killed Journalists e a Assistência para Jornalistas em missões perigosas.

O *Observatory of Killed Journalists*, criado em 1993 pela UNESCO, foi estabelecido com o propósito de monitorar os casos de assassinatos de profissionais da imprensa e de denunciar as violações cometidas contra eles. Por ser um braço de uma organização internacional forte e conhecida, o observatório tem a capacidade de chamar atenção ampla da comunidade internacional. O órgão divulga estatísticas, dados quantitativos e informações sobre o perfil dos jornalistas mortos em decorrência de sua atuação profissional. Em seu site, são disponibilizadas informações como o nome do jornalista, bem como, quando disponíveis, a causa da morte e os responsáveis. O objetivo é denunciar quem cometeu os crimes para que eles sejam devidamente responsabilizados.

Desde a fundação da divisão, em 1993, foram registrados 1.839 casos de jornalistas mortos somente em áreas de conflito. Desses casos, 1.424 casos foram submetidos a investigações, mas a maior parte deles permanece sem solução. Apenas 14,82% desse número teve a investigação bem sucedida (figura 3) enquanto a grande maioria, 63.95% segue sem

²⁶ Repórteres Sem Fronteiras: RSF. 1985. Disponível em: <https://rsf.org/en>.

²⁷ Comitê to Protect Journalists: CPJ. 1981. Disponível em: <https://rsf.org/en>

²⁸ Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV. Assistência para jornalistas em missões perigosas. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/linha-direta-assistencia-para-jornalistas-em-missoes-perigosas>

resolução. Esses dados demonstram que, embora a investigação seja essencial para mapear os responsáveis e garantir a responsabilização, sua realização é extremamente difícil em contextos de conflito armado.

Judicial status

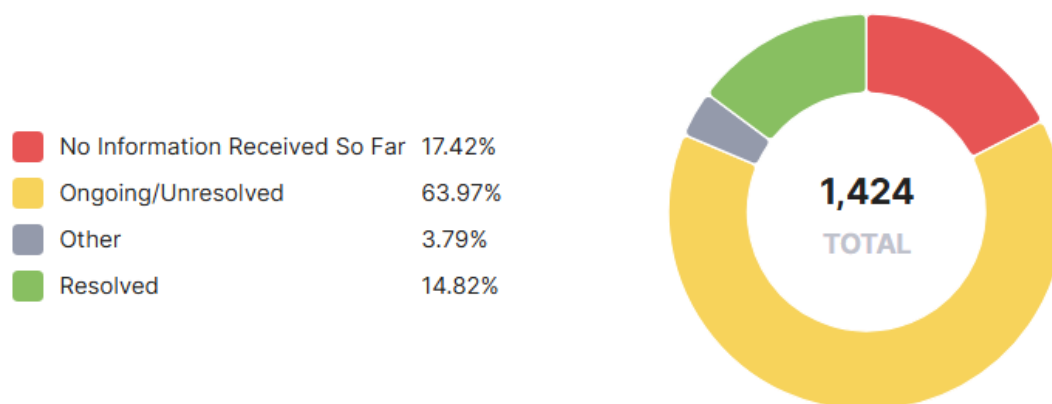


Figura 3 - Status judicial (Via: Observatory of Killed Journalists)

Dentre os outros recursos disponibilizados pelo projeto, destaca-se um gráfico que compara as mortes de jornalistas por ano (Figura 4), permitindo identificar tendências ao longo do tempo. Os dados parciais de 2025 já indicam um aumento em relação a 2024: enquanto 2024 registrou 85 mortes, 2025 contabiliza entre 88 e 89 casos até o mês de novembro. Embora a diferença seja pequena, esse crescimento sinaliza que a vulnerabilidade dos jornalistas permanece elevada e sugere que as medidas de proteção atualmente implementadas podem não estar sendo plenamente efetivas.

Killed Journalists

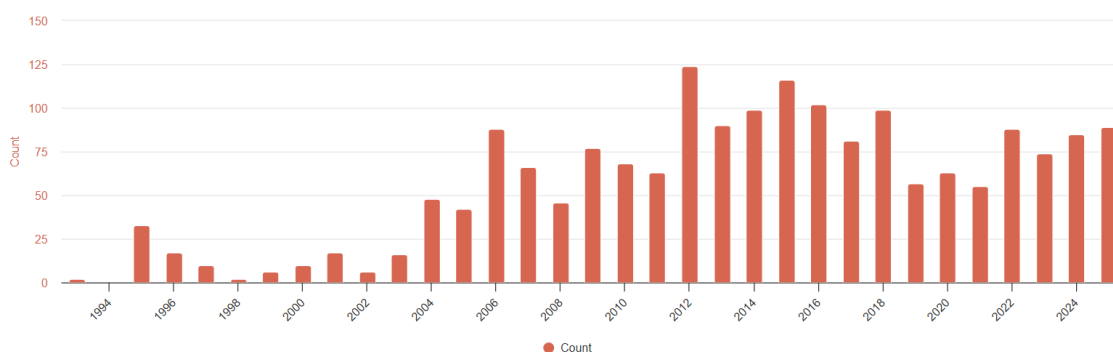


Figura 4 - Mortes por ano (Via: Observatory of Killed Journalists)

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), por sua vez, possui uma divisão específica para tratar da questão. A “*assistência para jornalistas em missões perigosas*” possui

uma participação mais ativa na assistência aos jornalistas, possuindo um papel menos documentativo e mais assistencial às famílias e aos profissionais. A divisão funciona como uma linha direta para que as pessoas entrem em contato com o Comitê e possam denunciar casos de jornalistas desaparecidos, mortos ou violentados. A partir da denúncia, o CICV pode ajudar a localizar os jornalistas desaparecidos, colocá-los em contato com suas famílias e, em caso de mortes, fazer o transporte do corpo.²⁹

Há três formas pelas quais o CICV pode prestar assistência a jornalistas em contextos de conflito armado:

- promover o Direito Internacional Humanitário (DIH) em geral, com a finalidade de prevenir violações das normas e reforçar a proteção;
- treinar os jornalistas em primeiros socorros e DIH, oferecer dados gerais sobre o contexto que cobrem e informações sobre as normas que os protegem;
- ajudar os jornalistas em missões perigosas e que precisam de assistência humanitária.³⁰

Além disso, o CICV pode ajudar a recuperar jornalistas que foram detidos, mantê-los em contato com as suas famílias ou acolher as famílias dos profissionais os ajudando a localizar os desaparecidos.

Em suma, é possível observar que algumas organizações internacionais, por possuírem uma base institucional consolidada, já direcionam atenção à violência contra jornalistas. Em alguns casos, essa atuação é mais observadora, como no caso da UNESCO, mas não deixa de ser relevante, pois a violência contra profissionais de comunicação configura um crime internacional, tornando a denúncia essencial para seu enfrentamento. Ao mesmo tempo, é fundamental adotar medidas de apoio mais ativas, como as promovidas pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que buscam proteger diretamente esses profissionais em contextos de conflito.

²⁹ Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV. Assistência para Jornalistas em missões perigosas. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/linha-direta-assistencia-para-jornalistas-em-missoes-perigosas>

³⁰ Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV. Assistência para Jornalistas em missões perigosas, perguntas e respostas. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/pt/ptecao-dos-jornalistas-linha-direta-do-cicv-perguntas-e-respostas>

4.2.2. O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) e Repórteres sem Fronteiras (RSF).

Tanto a CPJ quanto o RSF são organizações que foram criadas exclusivamente para a proteção dos profissionais de mídia, que é exercida dentro do contexto de conflitos e fora deles também. Em relação aos conflitos armados, as duas organizações possuem uma atuação voltada para a exposição e denúncia da violência. Elas fazem trabalhos investigativos para expor os crimes, seja através de publicações ou de registro em bancos de dados. Além de organizarem petições e cartas abertas à comunidade internacional para chamar atenção aos crimes cometidos com jornalistas.

Mostra-se importante, nesse contexto, a carta aberta da RSF que foi amplamente divulgada em 2004 referente a baixa eficácia na proteção do grupo e o não-comprometimento com as leis internacionais:

The safety of journalists working on dangerous assignments is not always guaranteed, even if international law provides adequate protection on paper, because warring parties these days are showing less and less respect for that law. News gatherers cannot get assurances from belligerents that they protected will be fully (RSF; 2004).³¹

A denúncia foi uma excelente forma que a organização encontrou de chamar atenção da comunidade internacional para o problema. Por mais que ela seja de 2004, ainda se mostra relevante em 2025 considerando que o número de fatalidades sofridas por jornalistas continua alto. A partir de mais dados, coletados pelo Comitê to Protect Journalists, comprova-se o que foi argumentado.

112 Journalists and Media Workers Killed

in 2025 / Motive Confirmed or Unconfirmed



Figura 5 - Mortos sem motivo confirmado 2025 (Via: Comitê to Protect Journalists)



³¹ REPORTERS WITHOUT BORDERS. **Charter for the Safety of Journalists Working in War Zones or Dangerous Areas**. 2004. Disponível em: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/cjfe/pages/1479/attachments/original/1439686829/charter_en.pdf?1439686829

95 Journalists and Media Workers Killed

in 2025 / Motive Confirmed



CPJ

Figura 6 – Mortos com motivo confirmado (Via: Comitê to Protect Journalists)

De acordo com dados do CPJ, até novembro de 2025, 112 jornalistas e profissionais de mídia foram mortos sem motivo confirmado (Figura 5), enquanto 95 mortes tiveram motivos verificados (Figura 6). Isto é, das mortes que foram coletadas, 95 foram investigadas e a partir da investigação foi descoberta a forma como esses jornalistas morreram, se foi em fogo cruzado ou assassinato. Portanto, se filtrarmos pelo motivo assassinato ou “em exercício de atividades perigosas” são indicados 69 mortos (figura 7). Com isso, conclui-se que grande parte das mortes de jornalistas foram causadas por ataques direcionados das forças inimigas ou por falta de proteção devida, não porque foram pegos acidentalmente em fogo cruzado.

69 Journalists Killed

in 2025 / Motive Confirmed / Killed on dangerous assignment / Murdered



CPJ

Figura 7 - Mortos com motivo confirmado: assassinato ou exercendo atividades perigosas (Via: Comitê to Protect Journalists)

Os números apresentados são alarmantes. A preocupação se intensifica quando filtramos por região e é mostrado que 44 dessas mortes ocorreram em Israel e nos territórios

Palestinos ocupados (Figura 8). Esses dados colocam o conflito em Gaza no centro da discussão, evidenciando a necessidade de analisá-lo de forma específica, o que será abordado na seção seguinte.

44 Journalists Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

in 2025 / Motive Confirmed



CPJ

Figura 8 - Mortos em Israel e no território Palestino Ocupado (Via: Comitê to Protect Journalists)

Os dados disponibilizados pelo CPJ são detalhados e demonstram uma investigação metódica que é feita pelas pessoas que ali trabalham para expor as violências que foram evidenciadas até o momento. Além disso, a organização também tem o costume de fornecer um guia de segurança que funciona como um tipo de “preparatório” para jornalistas que vão servir em zonas de guerra.³² O guia está repleto de sugestões e informações que podem ser úteis para os profissionais que arriscam suas vidas. Eles também possuem dicas especializadas para os grupos que exercem tarefas diferentes ou de maior risco, como os correspondentes de guerra que estão em contato direto com as forças armadas.

O CPJ e a RSF desempenham um trabalho fundamental de investigação e de denúncia. Além disso, pressionam a comunidade internacional a cumprir as proteções previstas na legislação, muitas vezes negligenciada. Para aprofundar a análise sobre a baixa efetividade dessas medidas, a próxima seção apresenta um estudo de caso contemporâneo, focado exclusivamente na atuação de jornalistas no conflito de Gaza, examinando os riscos e causalidades aos quais eles estão expostos.

³² COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. **Journalists Security Guide**. Disponível em: <http://www.cpj.org/reports/2012/04/basic-preparedness.php> Acesso em: 03/11/2025

5. O Jornalismo de guerra no conflito em Gaza.

Fica claro a partir dos dados apresentados que o conflito em Gaza - levando-se em conta o início em 7 de outubro de 2023 até o desenvolvimento deste *policy brief*, em novembro de 2025 - é de imensurável importância para a discussão da proteção dos jornalistas. Por essa razão a seção que se segue irá fornecer um panorama geral do conflito, afim de demonstrar a gravidade e complexidade que o envolve, e em seguida trabalhará em cima de dados e relatos referentes às fatalidades sofridas por jornalistas. Com isso, espera-se que seja evidenciada de forma mais prática e contemporânea a argumentação construída até o momento.

5.1. Panorama do conflito.

“The Gaza-Israel War of 2024-2025, often referred to as the Israel-Hamas War 2024 or the Palestine Conflict 2025, represents one of the most intense and consequential escalations in the longstanding Middle East conflict. Rooted in decades of unresolved tensions between Israel and Palestinian groups, particularly Hamas, this period saw a rapid deterioration of relations, marked by unprecedented violence, humanitarian crises, and global diplomatic fallout.” (KNOXLEY, 2025)³³.

Para compreender o atual conflito em Gaza, alguns elementos centrais devem ser considerados. Primeiro, embora este *policy brief* foque nos eventos a partir de 2023, o conflito possui raízes históricas profundas e se estende por várias décadas. Assim, os ataques realizados pelo grupo armado Hamas em 7 de outubro de 2023 não podem ser interpretados como fatos isolados, mas sim como parte de um contexto mais amplo e complexo. Em segundo lugar, o conflito abarca uma multiplicidade de atores para além de Hamas e Israel. A comunidade internacional desempenha papel contínuo nas dinâmicas políticas, diplomáticas e humanitárias da região. Por fim, é fundamental reconhecer que a atual situação em Gaza configura uma grave crise humanitária que envolve a participação de jornalistas de guerra para documentar, reportar e monitorar os acontecimentos em campo.

5.1.1. Breve contextualização histórica; pontos mais relevantes do escalonamento.

O conflito entre Israel e Hamas representa um ponto de tensão na política do Oriente Médio desde 1917, quando o governo britânico declarou a criação do Estado judaico na

³³ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 21**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

Palestina (*Declaração de Balfour*). As décadas que deram sequência à *Declaração de Balfour* representaram um período de intensa migração da população judaica para a região prometida. Até 1947, esse movimento resultou em um aumento de aproximadamente de 630.000 pessoas³⁴ na população local, produzindo um expressivo crescimento demográfico na região. Naquele contexto, a tentativa de estabelecer um modelo de dois Estados foi rejeitado pela população Árabe por acreditarem que a divisão feita pela ONU os prejudicaria. Portanto no ano seguinte, 1948, o Estado de Israel foi declarado e reconhecido por grande parte do ocidente.

Em 1988, o grupo armado Hamas emergiu como um grupo de resistência palestino alternativo aos já existentes. O grupo representou uma transição na política palestina de resistência, exercendo uma postura mais assertiva e radical em relação à Israel e ao ocidente. Estes se recusavam a reconhecer a existência do Estado de Israel, o que travava a solução de dois Estados, e possuíam o propósito de constituir somente o Estado Palestino no que se chama de Palestina histórica. O governo de Israel em conjunto com grande parte do ocidente declarou que o Hamas era uma organização terrorista e um inimigo que deveria ser combatido. Em 2007, quando o grupo tomou o controle da Faixa de Gaza, as forças israelenses realizam um bloqueio na região sob o pretexto da sua segurança nacional. O bloqueio restringiu a entrada de serviços, alimentos e água em Gaza fazendo com que 2,3 milhões de pessoas sofressem com situações de sobrevivência extremamente precárias.³⁵

Esses acontecimentos, somados à falha e à negligência da comunidade internacional na criação de um Estado palestino, ocasionaram em um cenário de instabilidade irreversível. As crescentes tensões entre o já estabelecido Estado de Israel e a Comunidade Palestina marcaram uma sequência de disputas desproporcionais em força e até ocupações de territórios na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Israel, alegando estar protegendo sua integridade territorial, manteve uma postura de retaliação intensa em relação à grupos palestinos, que resistiam por questão de sobrevivência. Essa dinâmica inviabilizou quaisquer avanços significativos nas negociações de paz e converteu o conflito em uma das mais graves crises humanitárias da história contemporânea.

³⁴ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). p. 8. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358.

³⁵ *Ibid.*, p. 17.

5.1.2. O ataque de 7 de outubro e seus desdobramentos.

No dia 7 de outubro de 2023, o Hamas realizou um ataque surpresa no território de Israel que resultou em 1.195 mortos e 251 sequestrados.³⁶ O ato em questão foi realizado com o intuito de atingir as defesas israelenses e chamar atenção para a luta palestina. Além disso, o Hamas tinha a intenção de utilizar os 251 reféns capturados como uma moeda de troca pelos prisioneiros de guerra palestinos, que foram apreendidos por Israel em conflitos anteriores. O ataque do grupo foi condenado como um ataque terrorista e as forças israelenses retaliaram com bombardeios e invasões no território de Gaza, o que causou a morte de 50.000 palestinos até novembro de 2024.³⁷

Apesar das constantes tentativas internacionais para um cessar fogo, sua implementação tornou-se inviável enquanto as partes envolvidas se recusavam a liberar todos os reféns e a aderir a medidas de desarmamento. Em novembro de 2023, houve um cessar temporário e 105 reféns israelenses foram libertados em troca de 240 prisioneiros palestinos. No entanto, a trégua durou pouco, sendo violada por ambas as partes. Em 2024, o conflito se intensificou e, até outubro desse mesmo ano, Israel atingiu o objetivo de matar o líder do grupo Hamas, Yahya Sinwar.³⁸ Contudo, isso serviu apenas como um catalisador na guerra e a violência persistiu, inclusive com maior intensidade, até 2025.

Janeiro de 2025 marcou uma maior proximidade em atingir o sucesso no estabelecimento de um cessar-fogo duradouro por parte da comunidade internacional. O acordo, mediado pelos Estados Unidos, Catar e Egito, previa a libertação dos cerca de 90 reféns israelenses ainda detidos e a troca por aproximadamente 1.900 prisioneiros palestinos. Além disso, o acordo também prometia aumentar a ajuda humanitária que chegaria até Gaza, já que 90% da população local está sendo submetida a condições de sobrevivência desumanas.³⁹ No entanto, a estabilidade durou apenas até março do mesmo ano. Israel realizou ataques aéreos surpresa em Gaza com a intenção de atingir o Hamas, a justificativa foi que o grupo palestino ainda recusava cumprir o acordo de desarmamento.

Desde então, a região esteve envolvida em um conflito desproporcional e desumano. Por mais que as atitudes do Hamas sejam condenáveis, Israel persiste em uma retaliação radical que têm gerado a morte de um número dramático de civis. Até 5 de novembro de 2025, foram registradas aproximadamente 70.000 mortes e 170.679 feridos palestinos que residiam na Faixa

³⁶ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). p. 22. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358.

³⁷ Ibid., p. 23.

³⁸ Ibid., p. 23.

³⁹ Ibid., p. 24.

de Gaza.⁴⁰ Além disso, 90% das residências de Gaza foram destruídas ou se encontram em estado inabitável. Outras infraestruturas civis como hospitais, escolas e até sistemas elétricos ou de saneamento também se encontram destruídos.⁴¹ Diante disso, a população palestina que não morreu segue sendo privada de condições de vida decentes em uma das crises humanitárias mais graves do século XXI.

A falta de infraestrutura e as situações extremas de necessidade dificultam a atuação de organizações que prestam ajuda humanitária. De acordo com uma entrevista recente do secretário geral da ONU:

“humanitarian aid has improved and increased significantly but [the UN is] far from [having] what is necessary to eliminate famine quickly and to create the conditions for the people in Gaza to have the very, very minimum that is necessary for dignity in life.” (UNRWA, 2025)⁴²

Somado a isso, parte da comunidade internacional denuncia que o próprio exército israelense está sendo responsável por bloquear o acesso à ajuda humanitária, incluindo água e comida.⁴³ O IPC (Classificação Integrada das Fases da Segurança Alimentar) afirma que em agosto de 2025 20% da população da Faixa de Gaza, 470.000 pessoas, se encontravam em situação de fome extrema. A fome da região foi categorizada como grau 5, o nível mais grave atingido pelo índice.⁴⁴

Além disso o bloqueio de remédios e assistência médica, que está sendo feito em Gaza, foi responsável por 44.000 crianças sem acesso a tratamentos essenciais. Em uma declaração da OMS, foi estimado que 1 a cada 5 crianças com menos de três anos não puderam ser vacinadas graças ao conflito.⁴⁵ Somado a esse cenário desastroso, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Ússuntos Humanitários (OCHA) afirma que instalações de

⁴⁰ UNRWA Situation Report #196 on the Humanitarian Crisis in the Gaza Strip and the occupied West Bank, including East Jerusalem. UNRWA, 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-196-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁴¹ Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General. **United Nations Digital Library**, 2025. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4091637?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁴² UNRWA Situation Report #196 on the Humanitarian Crisis in the Gaza Strip and the occupied West Bank, including East Jerusalem. UNRWA, 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-196-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁴³ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025**:: The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 49**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁴⁴ **Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV**, 2023. Disponível em: <https://www.redcross.org.uk/stories/disasters-and-emergencies/world/gaza-malnutrition-crisis-starvation>. Acesso em: 26 nov. 2025.

⁴⁵ Joint Press Release:: Catch-up Immunization Campaign Launched in the Gaza Strip. **World Health Organization**, 2025. Disponível em: <https://www.emro.who.int/opt/news/catch-up-immunization-campaign-launched-in-the-gaza-strip.html>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ajuda humanitária continuam sendo destruídas pelas forças envolvidas. Até o momento atual; 312 instalações da UNRWA foram destruídas ou danificadas, 381 funcionários e 849 civis que estavam abrigados foram mortos.⁴⁶

A crise na região parece se agravar continuamente, em um conflito cuja resolução parece dramaticamente distante do escopo de ação do sistema internacional. A comunidade internacional segue na tentativa desesperada de chegar em um acordo entre os grupos armados. Somente a partir disso, a ajuda humanitária alcançaria maior liberdade para chegar até a população vulnerabilizada e fornecer a ela o que for necessário.

A situação na Faixa de Gaza configura não apenas um ponto de tensão geopolítica, mas uma grave crise humanitária em escalada, classificada e denunciada em 2024 como genocídio pela Anistia Internacional.⁴⁷ A cobertura midiática desse conflito tem desempenhado um papel central na documentação e no monitoramento da crise humanitária, apesar das condições extremas de risco. Dentro desse panorama, torna-se fundamental analisar as condições enfrentadas por jornalistas de guerra, considerando os riscos e desafios operacionais impostos nesse contexto.

5.2. Atuação da Mídia na Faixa de Gaza

“The Gaza-Israel War of 2024-2025 was not only fought on battlefields but also in the realm of global media, where narratives, biases, and misinformation shaped public perceptions and influenced international responses” (KNOXLEY, 2025)⁴⁸

Conforme foi apresentado na seção 2, a convergência entre mídia e conflito transformou os meios de comunicação em um novo campo de batalha. O conflito atual em Gaza representa um dos exemplos contemporâneos mais claros desse fenômeno, em que a informação se torna tão estratégica quanto os próprios combates no terreno. O envolvimento intenso da imprensa, assim como o papel das redes sociais, tornou comum a disputa de ideologias e visões

⁴⁶ UNRWA Situation Report #196 on the Humanitarian Crisis in the Gaza Strip and the occupied West Bank, including East Jerusalem. UNRWA, 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-196-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁴⁷ Amnesty International investigation concludes Israel is committing genocide against Palestinians in Gaza. Amnesty International, 2024. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/12/amnesty-international-concludes-israel-is-committing-genocide-against-palestinians-in-gaza/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁴⁸ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 58**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

divergentes sobre a guerra. Esse processo provoca censura dos jornalistas, a publicação de informações tendenciosas e até a propagação de notícias falsas ou manipuladas.⁴⁹

Com isso, é necessário levar sempre em consideração que raramente o jornalismo trabalhará de forma completamente neutra. Sobretudo em um conflito que abarca muitos interesses, sejam políticos, ideológicos ou religiosos. Quando tratamos de Gaza, tratamos de todas essas questões. Existe uma batalha de narrativas que permeia esse massacre, algumas que são mais favoráveis a Israel outras à Palestina. A análise do papel do jornalismo e outros mecanismos de comunicação que estão envolvidos e participam da guerra não pode ser realizada se não for levado em consideração o que acaba de ser apresentado.

As narrativas que apresentam um alinhamento maior à causa palestina, em alguns momentos, tentam minimizar ou justificar os ataques que foram cometidos pelo grupo armado Hamas, classificando-os como um ato de resistência diante das injustiças sofridas historicamente pela comunidade palestina.⁵⁰ Embora os ataques do grupo tenham sido interpretados como uma tentativa de chamar atenção para a causa palestina, que vinha sendo percebida como negligenciada pela comunidade internacional, os atos resultaram em consequências humanitárias, incluindo a morte de 1.195 civis israelenses e o sequestro de 251 pessoas, tornando-os inaceitáveis sob a perspectiva do direito internacional humanitário.⁵¹

Por um outro lado, discursos midiáticos com viés pró-Israel tendem a minimizar a radicalidade da resposta israelense aos ataques sofridos. Em casos mais extremos, alguns argumentos sugerem que não foram feridos civis palestinos ou que os feridos estavam sendo usados de “escudo” pelo grupo Hamas. Esse discurso é majoritariamente adotado por veículos midiáticos das potências do ocidente. Nos EUA e na França, por exemplo, esses discursos insistem em afirmar que os atos de violência cometidos até o momento foram uma manifestação do direito de legítima defesa do Estado de Israel⁵², ignorando sua desproporcionalidade e graves consequências humanitárias.⁵³

⁴⁹ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 58-67**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁵⁰ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 59**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁵¹ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 22**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358.

⁵² KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 59**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁵³ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 47-58**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

Jornais estadunidenses, como o “*The New York Times*”, evitam utilizar as palavras “massacre” e “genocídio” ou constantemente priorizam relatos dos israelenses sobre a guerra. No caso da CNN, 60% dos relatos publicados são de combatentes israelenses, enquanto apenas 40% abordam membros da população civil palestina, indicando uma disparidade na cobertura das partes envolvidas no conflito.⁵⁴ Já em casos mais extremos, a cobertura parcial da guerra é acompanhada inclusive de notícias falsas ou manipuladas para favorecer um dos lados.

O advento das redes sociais, somado ao vácuo informacional produzido a partir das censuras feitas na imprensa, tornam esse problema uma questão latente. Informações que o Hamas havia decapitado 40 bebês israelenses e vídeos feitos com inteligência artificial de oficiais israelenses admitindo práticas que são crimes de guerra circularam livremente entre a população e *policymakers*, criando um cenário de incerteza informacional.⁵⁵ Agências de notícia globais, Reuters⁵⁶ e AFP⁵⁷, continuam realizando esforços conjuntos com governos locais, jornalistas independentes e outras instituições internacionais para conter a desinformação, porém continuam enfrentando grandes dificuldades.

5.2.1. Violência contra jornalistas na Faixa de Gaza.

É evidente que o conflito em Gaza constitui um cenário de risco contínuo para jornalistas, expondo-os a ameaças diretas, restrições operacionais e condições extremas de trabalho em meio à violência e à instabilidade. Entre 2023 e 2025, o *Committee to Protect Journalists* (CPJ) registrou a morte de 201 jornalistas apenas em Israel e no Território Palestino Ocupado (figura 9).

⁵⁴ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 60**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁵⁵ KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 62**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁵⁶ Agência de notícias global. **Reuters**, 1951. Disponível em: <https://www.reuters.com/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

⁵⁷ Agência de notícias global. **AFP**, 1944. Disponível em: <https://www.afp.com/pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

201 Journalists and Media Workers Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

between 2023 and 2025 / Motive Confirmed or Unconfirmed



CPJ

Figura 9 - Mortos em Israel e no Território Palestino ocupado entre 2023/25 (Via: Comitê to Protect Journalists)

Das mortes que foram registradas pelo CPJ, 184 tiveram sua causa confirmada. Das com causa confirmada, 21 foram classificadas como assassinato (Figura 10), indicando que uma parcela significativa dos profissionais foi um alvo dos ataques, reforçando os elevados riscos enfrentados por jornalistas em Gaza.

Esses dados também indicam a existência de estratégias deliberadas para silenciar a imprensa, com implicações diretas para a transparência, a responsabilização e o fluxo de informações essenciais à comunidade internacional. Segundo o CPJ, foi comprovado que 10 dos ataques que mataram jornalistas em Gaza naquele ano foram deliberadamente direcionados.⁵⁸ Além disso, aproximadamente 70% das mortes de jornalistas em 2024 foram atribuídas a ações israelenses, tornando aquele ano um dos mais letais da história recente para profissionais da imprensa. Esses dados ressaltam o nível extremo de vulnerabilidade do jornalismo em zonas de conflito, evidenciando a necessidade urgente de medidas de proteção e responsabilização.

⁵⁸ Special Report 2024 is deadliest year for journalists in CPJ history;; almost 70% killed by Israel. **Comitê to Protect Journalists**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/special-reports/2024-is-deadliest-year-for-journalists-in-cpj-history-almost-70-percent-killed-by-israel/> . Acesso em: 15 nov. 2025.

21 Journalists Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

between 2023 and 2025 / Motive Confirmed / Killed in crossfire / Murdered



CPJ

Figura 10 - Jornalistas assassinados em Israel e no território Palestino ocupado entre 2023/25 (Via: Comitê to Protect Journalists)

Um caso emblemático nesse sentido foi a morte do repórter Ismail Al Ghoul, associado à agência de notícias Al Jazeera. Al Ghoul estava cumprindo a sua função de cobrir a guerra de Gaza, mas infelizmente foi morto por um ataque de drones israelenses junto de seu colega Rami Al Refee. Os jornalistas estavam se deslocando em um veículo com identificações, mostrando que pertencia à imprensa, quando foram atingidos. Seus outros colegas afirmam que o prédio que Al Ghoul e Al Refee estavam antes de se locomoverem foi alvo de ação militar logo antes do ataque que matou os jornalistas. Isso serviu, para as testemunhas, como evidência de que o atentado foi premeditado.⁵⁹

No decorrer da investigação, as forças de defesa israelenses admitiram que o ataque de fato foi direcionado, mas acusaram Al Ghoul de favorecer e fazer parte do grupo armado Hamas. No entanto, as provas apresentadas continham incongruências e todas foram refutadas pela Al Jazeera. A tragédia é apenas uma dentre muitas outras, principalmente envolvendo repórteres que trabalham na Al Jazeera cuja missão é trazer visibilidade às histórias e sofrimentos do mundo árabe.

A Al Jazeera apresenta um envolvimento significativo no contexto do conflito entre Israel e Hamas, em parte devido à composição de sua equipe, que inclui profissionais palestinos diretamente afetados pela guerra. Esse vínculo torna a agência particularmente vulnerável a ataques direcionados, refletindo como a identidade e o posicionamento geográfico dos jornalistas podem influenciar os riscos enfrentados em zonas de conflito. Nesse sentido, a agência classifica esses assassinatos como “parte de uma campanha sistemática contra os

⁵⁹ Ismail Al Ghoul. **Comitê to Protect Journalists**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/data/people/ismail-al-ghoul/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

jornalistas da rede e suas famílias desde outubro de 2023”.⁶⁰ Comprovando essa alegação, algumas reportagens demonstram que, em agosto de 2025, cinco repórteres da Al Jazeera foram vítimas de ataques que levaram à sua morte. O ataque também veio de Israel e ocorreu perto de um hospital civil da cidade de Gaza. A emissora segue condenando e denunciando os ataques, afirmando que eles não são acidentais, e sim uma tentativa de censura.

Outras agências, como a RSF que foi anteriormente citada, também denuncia constantemente esses crimes. Foi registrado que, até outubro de 2025 a organização já denunciou as forças israelenses cinco vezes para a Corte Internacional de Justiça desde o agravamento das tensões em 2023. Nas denúncias foi constatado que até aquele momento 210 jornalistas foram mortos no conflito e 56 desses foram alvos deliberados dos ataques enquanto exerciam seu trabalho. Além disso, também foi denunciado que foram feitos ataques contra as casas dos profissionais que eram palestinos, ferindo suas famílias.⁶¹

Outras estruturas que foram alvos de ataque são infraestruturas de comunicação localizadas em Gaza⁶² e tendas que abrigavam jornalistas temporariamente. Um ataque cujo alvo foi um abrigo dos profissionais foi realizado por Israel no dia 10 de outubro de 2025 e matou seis jornalistas. A fatalidade foi justificada sob a premissa de que um dos repórteres assassinados, Anas al-Sharif, era terrorista e estava cooperando com o grupo Hamas. Portanto, assim como no caso de Ismail Al Ghoul, as acusações eram suspeitas e as provas apresentadas não possuíam coerência. Os profissionais Mohammed Qraieqa, Ibrahim al-Thaher, Mohamed Nofal, Moamen Aliwa e Mohammed al-Khaldi também morreram como vítimas desse ato violento.⁶³

Outra dimensão das violências contra o grupo que é de imensurável importância levar em consideração são os casos de jornalistas apreendidos e sequestrados pelas forças de Israel. Antes mesmo do ataque de 7 de outubro, Israel já mantinha cinco jornalistas palestinos presos. Depois do ataque, com o agravamento das tensões, o número de sequestrados aumentou para vinte e um. Atualmente, dezesseis jornalistas ainda estão mantidos em detenção. Os outros

⁶⁰ Al Jazeera condemns the assassination of its correspondent Ismail Al Ghoul and cameraman Rami Al Rifi. **Al Jazeera**, 2025. Disponível em: <https://network.aljazeera.net/en/press-releases/al-jazeera-condemns-assassination-its-correspondent-ismail-al-ghoul-and-cameraman>. Acesso em: 16 nov. 2025.

⁶¹ RSF files fifth complaint with ICC about Israeli war crimes against journalists in Gaza. **Reporteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/rsf-files-fifth-complaint-icc-about-israeli-war-crimes-against-journalists-gaza>. Acesso em: 26 nov. 2025.

⁶² KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). **p. 63**. *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

⁶³ Gaza: RSF calls for emergency UN Security Council meeting after targeted Israeli strike kills six media professionals. **Reporteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/gaza-rsf-calls-emergency-un-security-council-meeting-after-targeted-israeli-strike-kills-six-media>. Acesso em: 26 nov. 2025.

cinco foram soltos após negociações relacionadas ao cessar-fogo ou pressões feitas pela comunidade internacional, principalmente pela RSF, que está na linha de frente das denúncias.⁶⁴ O chefe do Gabinete de Crises da organização, Martin Roux, afirma:

"RSF demands the immediate and unconditional release of all Palestinian journalists arbitrarily detained by Israel. Neither the recently released journalists nor those still detained should ever have been illegally abducted by Israeli forces. RSF condemns the inhuman and degrading treatment of these news professionals by Israeli prison authorities, as reported by the three released journalists. These acts, if proven, amount to torture." (RSF, 2025)⁶⁵

O conflito entre Israel e o grupo Hamas e seus simpatizantes apresenta um cenário violento de censura e manipulação de informação. Por mais que organizações internacionais se mobilizem para denunciar e cobrar a responsabilização dos criminosos, ainda existe um vácuo na efetividade da resposta das autoridades. A devolução dos repórteres sequestrados foi uma importante conquista, porém a maior parte das vítimas permanece detida pelas forças combatentes. Enquanto isso, os assassinatos que são constantemente denunciados ainda não tiveram seus responsáveis devidamente punidos. Colocando em evidência a baixa efetividade dos mecanismos de proteção.

5.3. A importância do jornalismo de guerra na ótica do conflito Israel e Hamas.

"Still, they stayed. Because to leave would be to let the cameras go dark. And in Gaza, darkness too easily becomes erasure." (KNOXLEY, 2025).⁶⁶

Diante de todos os desafios apresentados, surge uma questão central: se tantos obstáculos comprometem a segurança e a integridade dos jornalistas de guerra, por que ainda existem esforços para manter sua atuação? O valor presente nesse gênero jornalístico e a necessidade de preservá-lo também podem ser evidenciadas a partir da análise do conflito árabe-israelense, mesmo sendo este cenário o mais letal registrado até hoje para jornalistas de

⁶⁴ Palestine: Israel releases only three of 19 journalists arbitrarily detained in two years. **Reporters Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/palestine-israel-releases-only-three-19-journalists-arbitrarily-detained-two-years> . Acesso em: 26 nov. 2025.

⁶⁵ Palestine: Israel releases only three of 19 journalists arbitrarily detained in two years. **Reporters Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/palestine-israel-releases-only-three-19-journalists-arbitrarily-detained-two-years> . Acesso em: 26 nov. 2025.

⁶⁶ KNOXLEY, Evander. **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict**. p. 17. *Independently published*, 2025.

guerra.⁶⁷ O jornalismo de guerra é um gênero que garante transparência e democratiza a informação, documentando conflitos armados e permitindo que eles cheguem até as massas da população. Além disso em conflitos como o de Gaza, marcado pela constante violação dos direitos humanos e do direito internacional, a exposição da verdade tem imensa relevância.

A censura que permeia o conflito é fruto da guerra ideológica que acompanha a temática Israel e Hamas há anos, conforme foi discutido em subseções anteriores. É por essa razão que, agências como a Al Jazeera firmam compromissos com a verdade e com a justiça pelas vozes palestinas que são apagadas.⁶⁸ A violência que hoje toma conta da Faixa de Gaza precisa ser documentada e exposta para a comunidade internacional. Chamar atenção para o massacre que ocorre na região é uma necessidade moral para os jornalistas que trabalham com esse conflito. “Without journalists on the ground, Gaza risks becoming invisible except in the brief flashes of global attention when violence erupts.” (KNOXLEY, 2025).⁶⁹

O conflito de Gaza demonstra o quão imensurável é o papel do jornalista de guerra. Toda guerra é lutada em dois frentes. O primeiro sendo o campo de batalha, com armas, bombas e soldados. Enquanto o segundo, que foi abordado por esse *paper*, é lutado na sombra dos eventos. Com jornalistas que lutam desarmados, lutam para que a verdade sobreviva (KNOXLEY, 2025).⁷⁰ É de extrema importância então, que esse grupo seja protegido. Os jornalistas de guerra são altamente vulneráveis e são frequentemente alvos de ataques deliberados. Portanto permanecem lutando e desempenhando papel crítico na documentação, transparência e responsabilização. Cabe à comunidade internacional reduzir os riscos enfrentados por esses profissionais por meio de políticas eficazes de proteção e prevenção, assegurando também investigações e responsabilização em casos de ataques e assassinatos, de modo a garantir sua segurança imediata e a continuidade segura dessa atividade essencial em zonas de conflito.

⁶⁷ A guerra mais letal para jornalistas. G1, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2025/08/27/a-guerra-mais-lethal-para-jornalistas-o-assunto-1542.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2025.

⁶⁸ KNOXLEY, Evander. **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict**. p. 8-12. *Independently published*, 2025.

⁶⁹ KNOXLEY, Evander. **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict**. p. 16. *Independently published*, 2025.

⁷⁰ KNOXLEY, Evander. **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict**. *Independently published*, 2025.

6. De que forma a comunidade internacional pode contornar esse problema?

Diante do exposto se torna necessário a elaboração de propostas para a comunidade internacional como um todo, que ajudem a contornar o problema da falta de efetividade na proteção dos jornalistas. Dentre elas:

- **Fortalecer a aplicação das leis internacionais, para que os responsáveis pelas violências sejam devidamente punidos;**
- **Realizar preparação devida e cautelosa das equipes da imprensa que são enviadas para zonas de conflito;**
- **Fornecer equipamentos avançados, tanto de proteção quanto que auxiliem o trabalho desses profissionais - por exemplo, drones de longa distância que permitam que gravações sejam feitas sem que os profissionais precisem trabalhar em zonas de maior risco;**
- **Elaborar de protocolos de segurança e de fuga, em situações extremas, que sejam mais robustos e bem planejados;**
- **Investir em capacidades locais e internacionais de monitoramento e documentação dos crimes e censuras contra a imprensa;**
- **Promover cooperação internacional para garantir a liberdade da imprensa.**

Através do sugerido, espera-se que os profissionais que arriscam suas vidas nos campos de batalha recebam maior amparo do sistema internacional.

7. Conclusão.

A conclusão deste policy brief se apoia em duas constatações centrais: o jornalismo de guerra é indispensável e os profissionais envolvidos necessitam de proteção contínua. Cabe à comunidade internacional assumir a responsabilidade de oferecer essa proteção, implementando soluções eficazes que superem a falta de efetividade das medidas atuais e garantam a segurança e a continuidade dessa atividade essencial em zonas de conflito. A violência contra jornalistas é um crime internacional. No entanto, é um crime muitas vezes cometido sem que os responsáveis sofram as consequências. É inaceitável que forças armadas deliberadamente ataquem jornalistas e saiam impunes diante desse crime.

É impossível impedir que jornalistas sejam mortos em conflitos. Contudo, com um treinamento devido, equipamento apropriado e justiça pelos crimes cometidos há a tendência das violências cometidas passarem a ocorrer em menor escala. A importância de tomar essas medidas é imensurável em um cenário violento de censura e repressão que comprometem o direito à vida e à liberdade de imprensa. Afinal, a censura feita contra jornalistas não é apenas um ato brutal de violência, é um ato estratégico que compromete o acesso à informação. É o silenciamento de centenas de vozes que estão pedindo por ajuda e por visibilidade. Por essa razão, a vida desses profissionais deve ser protegida e os riscos que eles se submetem minimizados ao máximo.

“Silencing a journalist is not just an attack on an individual; it's an attack on the collective memory of a people, an attempt to erase certain truths from the record.” (KNOXLEY, 2025)⁷¹

⁷¹ KNOXLEY, Evander. **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict.** p.37. Independently published, 2025.

Referências bibliográficas

2024 is deadliest year for journalists in CPJ history;: almost 70% killed by Israel. **Comitte to Protect Journalists; CPJ**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/special-reports/2024-is-deadliest-year-for-journalists-in-cpj-history-almost-70-percent-killed-by-israel/> . Acesso em: 03 nov. 2025.

A guerra mais letal para jornalistas. **G1**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2025/08/27/a-guerra-mais-letal-para-jornalistas-o-assunto-1542.ghtml> . Acesso em: 16 nov. 2025.

Agência de notícias global. **AFP**, 1944. Disponível em: <https://www.afp.com/pt> . Acesso em: 11 nov. 2025.

Agência de notícias global. **AFP**, 1944. Disponível em: <https://www.afp.com/pt> . Acesso em: 11 nov. 2025.

Al Jazeera condemns the assassination of its correspondent Ismail Al Ghouli and cameraman Rami Al Rifi. **Al Jazeera**, 2025. Disponível em: <https://network.aljazeera.net/en/press-releases/al-jazeera-condemns-assassination-its-correspondent-ismail-al-ghouli-and-cameraman> . Acesso em: 16 nov. 2025.

Amnesty International investigation concludes Israel is committing genocide against Palestinians in Gaza. **Amnesty International**, 2024. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2024/12/amnesty-international-concludes-israel-is-committing-genocide-against-palestinians-in-gaza/> . Acesso em: 11 nov. 2025

Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General. **United Nations Digital Library**, 2025. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4091637?ln=en&v=pdf> . Acesso em: 11 nov. 2025.

A RSF conseguiu que o procurador do Tribunal Penal Internacional incluísse crimes contra jornalistas em sua investigação sobre a Palestina.. **Repórteres em Fronteiras (RSF)**, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/node/94077> . Acesso em: 20 nov. 2025.

BARINI, Filipi. Mortes de jornalistas no conflito em Gaza são quase três vezes maiores do que nas duas Guerras Mundiais somadas. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/08/11/mortes-de-jornalistas-no-conflito-em-gaza-sao-quase-tres-vezes-maiores-do-que-nas-duas-guerras-mundiais-somadas.ghtml> . Acesso em: 07 set. 2025.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV, 2023. Disponível em: <https://www.redcross.org.uk/stories/disasters-and-emergencies/world/gaza-malnutrition-crisis-starvation> . Acesso em: 26 nov. 2025.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha, **CICV**. Assistência para jornalistas em missões perigosas. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/linha-direta-assistencia-para-jornalistas-em-missoes-perigosas>

Comitte to Protect Journalists: **CPJ**. 1981. Disponível em: <https://rsf.org/en>

COMMITTE TO PROTECT JOURNALISTS. **Journalists Security Guide**. Disponível em: <http://www.cpj.org/reports/2012/04/basic-preparedness.php> Acesso em: 03/11/2025

Convenções de Genebra, 1949; Convenções I, II, III, IV. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>

Convenções de Genebra, 1949; Protocolo adicional I. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/os-protocolos-adicionais-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>

DA SILVA PEIXOTO, Ana Carolina. **HISTÓRIA DO JORNALISMO DE GUERRA EM CONFLITOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro: Revista Discente, 2020.

Gaza: RSF calls for emergency UN Security Council meeting after targeted Israeli strike kills six media professionals. **Reporteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/gaza-rsf-calls-emergency-un-security-council-meeting-after-targeted-israeli-strike-kills-six-media> . Acesso em: 26 nov. 2025.

Ismail Al Ghouli. **Comitte to Protect Journalists**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/data/people/ismail-al-ghoul/> . Acesso em: 16 nov. 2025.

Joint Press Release:: Catch-up Immunization Campaign Launched in the Gaza Strip. **World Health Organization**, 2025. Disponível em: <https://www.emro.who.int/opt/news/catch-up-immunization-campaign-launched-in-the-gaza-strip.html> . Acesso em: 26 nov. 2025.

KNOXLEY, Evander. **GAZA-ISRAEL WAR 2024–2025::** The Conflict, the Crisis, and the Global Consequences (The Gaza–Israel War Series). *Independently published*, 2025. ISBN 979-8281503358

KNOXLEY , Evander . **WHEN CAMERAS GO DARK: The Story of Al Jazeera Journalists Who Died Covering the Israel–Gaza Conflict**. *Independently published*, 2025.

MAGEDANZ PESCE, Isabella. **A PROTEÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL AOS JORNALISTAS EM ZONAS DE CONFLITO ARMADO**. Porto Alegre: UFRS, 2013.

NOHRSTEDT, Stig A.. **New War Journalism: Trends and Challenges**. Suécia: Nordicom Review, 2009. 95-112 p.

Observatory of Killed Journalists. **UNESCO**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/safety-journalists/observatory?hub=72609> .

Palestine: Israel releases only three of 19 journalists arbitrarily detained in two years. **Reporteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/palestine-israel-releases-only-three-19-journalists-arbitrarily-detained-two-years> . Acesso em: 26 nov. 2025.

Protection of Journalists and Media Professionals in Time of Armed Conflict. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV**. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/protection-journalists> . Acesso em: 01 nov. 2025.

Repórteres Sem Fronteiras: **RSF**. 1985. Disponível em: <https://rsf.org/en>

RSF files fifth complaint with ICC about Israeli war crimes against journalists in Gaza. **Reporteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/en/rsf-files-fifth-complaint-icc-about-israeli-war-crimes-against-journalists-gaza> . Acesso em: 26 nov. 2025.

Special Report 2024 is deadliest year for journalists in CPJ history;; almost 70% killed by Israel. **Comitê to Protect Journalists**, 2025. Disponível em: <https://cpj.org/special-reports/2024-is-deadliest-year-for-journalists-in-cpj-history-almost-70-percent-killed-by-israel/> . Acesso em: 15 nov. 2025.

UNRWA Situation Report #196 on the Humanitarian Crisis in the Gaza Strip and the occupied West Bank, including East Jerusalem. **UNRWA**, 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-196-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem> . Acesso em: 11 nov. 2025.

WAINBERG, Jacques A.. **Nação em guerra**,: repórteres em luta. P. 57. São Paulo: USP, 1996.

